

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/237754514>

# Desempenho da democracia e reformas políticas: O caso português em perspectiva comparada

Article · September 2003

CITATIONS

5

READS

54

1 author:



André Freire

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

167 PUBLICATIONS 1,400 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Crisis, Political Representation and Democratic Renewal: The Portuguese case in the Southern European context, 2016-2019 (PTDC/IVC-CPO/3098/2014). André Freire (principal coordinator); Marco Lisi and Emmanouil Tsatsanis (co-directors) [View project](#)



Cooperation project between ISCTE-IUL and the University of Brasília - "Political Institutions, Attitudes and Behavior: Brazil and Portugal in Comparative Perspective" [View project](#)

## DESEMPENHO DA DEMOCRACIA E REFORMAS POLÍTICAS O caso português em perspectiva comparada

*André Freire*

Resumo Este artigo analisa comparativamente o apoio dos portugueses ao sistema político democrático. Três conclusões fundamentais sobre o caso português sustentam a ideia da necessidade de reformas no sistema de representação política. Primeiro, há uma forte adesão dos cidadãos aos princípios básicos da democracia. Segundo, há um forte criticismo face à classe política, uma insatisfação crescente com o desempenho da democracia e um elevado afastamento face ao poder. Terceiro, o perfil evolutivo e as causas do abstencionismo eleitoral indicam que não estamos perante efeitos de normalização da democracia.

Palavras-chave Democracia, apoio político, abstenção, reformas políticas.

### Introdução

Analisar o desempenho (performance) de uma democracia através do apoio dos cidadãos ao sistema político, e da sua participação nas eleições, são apenas duas das formas possíveis de o fazer (veja-se, por exemplo, Lijphart, 1999: 258-300). Contudo, em qualquer caso, estas são duas dimensões fundamentais dessa avaliação: “Como é natural, podemos desdenhar das avaliações expressas pelos cidadãos, mas faremos muito mal, porque eles são melhores juízes do que qualquer estudioso quando se trata de julgar as democracias, os sistemas institucionais e os governos” (Pasquino, 2002: 343).<sup>1</sup>

Apesar da importância da análise das atitudes e comportamentos dos cidadãos na avaliação do desempenho de uma democracia, há também que considerar que um regime democrático pode subsistir, durante bastante tempo, com reduzidos níveis de satisfação face ao seu funcionamento e/ou com baixos níveis de participação eleitoral. Em relação aos baixos níveis de satisfação com o funcionamento

---

1 Uma primeira versão deste texto foi originalmente apresentada no seminário *Portugal: Historia, Política, Sociedad*, o qual teve lugar na Facultad de Ciencias Políticas y de la Administración, Universidad Complutense de Madrid (UCM), Campus de Somosaguas, Madrid, em 21 de Novembro de 2002. O autor agradece o amável convite de Braulio Gómez Fortes e Diego Palacios Cerezales, ambos da UCM e da Asociación de Estudios Portugueses, para participar no referido seminário. Agradecem-se ainda os comentários de Belén Barreiro (Centro de Estudios Avanzados en Ciencias Sociales — CEACS — Fundación Juan March). Finalmente, agradecem-se os comentários feitos pelos dois *referees* anónimos da *Sociología, Problemas e Práticas*, aos quais tentamos responder nesta versão revista do artigo. Obviamente, todos os eventuais erros do artigo são da inteira responsabilidade do seu autor.

da democracia, veja-se o caso italiano onde o sistema subsistiu sem reformas fundamentais desde o pós segunda guerra mundial e até 1994, apesar dos tradicionalmente baixos níveis de satisfação dos italianos, com o funcionamento do respectivo sistema democrático. Em relação aos casos de baixos níveis de participação eleitoral e persistência do regime democrático, os casos dos EUA e da Suíça, duas democracias fortemente consolidadas e com baixíssimas taxas de participação eleitoral, ilustram-nos bem.

De todo o modo, reduzidos níveis de participação eleitoral, sobretudo se prolongados no tempo, podem levantar problemas de legitimidade de um regime democrático, dado que apenas uma pequena parte do eleitorado participa no processo que representa a essência da democracia (Perea, 1999: 9). Mais, o nível de apoio dos cidadãos ao regime pode revelar-se uma reserva fundamental para as democracias enfrentarem as crises em momentos particularmente difíceis das suas histórias (Linz, 1995).

Por tudo isto, sem pretender obviamente esgotar a avaliação do desempenho da democracia portuguesa através da análise da evolução do apoio dos cidadãos ao regime e da sua participação eleitoral, há que reconhecer que estas são dimensões fundamentais numa aferição comparativa daquele desempenho, sobretudo em matéria da respectiva qualidade.

Na secção seguinte apresenta-se o enquadramento teórico da pesquisa. A seguir procura-se definir com precisão os objectivos desta. Nas três secções que se seguem analisamos a evolução da satisfação dos portugueses com o funcionamento do regime democrático, o seu apoio aos valores fundamentais da democracia, as suas atitudes face à classe política e aos partidos, e, finalmente, a evolução da abstenção eleitoral e os seus motivos. Nas conclusões, reflecte-se sobre algumas reformas políticas capazes de criar condições favoráveis para se enfrentarem com êxito os problemas encontrados.

### **Enquadramento teórico**

Partindo da classificação proposta por David Easton (1965 e 1975), Pippa Norris (1999b: 9-13) e Hans-Dieter Klingemann (1999), propõe-se uma classificação em cinco tipos das atitudes dos cidadãos face ao sistema político, segundo o respectivo objecto: apoio à comunidade política, aos princípios do regime, ao desempenho/performance do sistema, às instituições e aos actores políticos. Tal como a classificação de Easton, também esta última está ordenada desde um apoio mais difuso à comunidade, ao regime e às suas instituições, a um apoio mais específico, isto é, àqueles que em cada momento exercem o poder político.

O apoio difuso à comunidade política refere-se à adesão fundamental dos cidadãos ao estado, para além das instituições específicas do seu governo, e a uma disposição geral para cooperar (politicamente) com a comunidade (Norris, 1999b: 10). Esta adesão à comunidade política constitui uma pré-condição fundamental

para a formação de um estado e para a consolidação do regime democrático (Linz e Stepan, 1996: 7). O caso português, ao contrário por exemplo de Espanha, não apresenta quaisquer problemas nesta matéria. Por um lado, Portugal tem sido praticamente desde sempre um país relativamente homogêneo, isto é, sem minorias étnico-linguísticas ou étnico-religiosas significativas (Pinto e Núñez, 1997; sobre alguma diferenciação étnica do tipo centro-periferia na formação da nacionalidade, ver Mattoso, 1998). Por outro lado, os inquéritos mais recentes, aplicados a amostras representativas da população portuguesa em idade de votar, têm revelado uma enorme adesão dos cidadãos à comunidade política (Reis e Dias, 1993; Freire, Magalhães e Santo, 2003).

O apoio, também predominantemente difuso, aos princípios nucleares do regime político diz respeito à adesão dos cidadãos aos valores básicos da democracia, ou seja, à “definição ideal da democracia”. Ainda que possam existir múltiplos entendimentos quanto ao que nos referimos quando falamos dos valores básicos de um regime democrático, consoante os segmentos da população e os tipos de sociedade (Thomassen, 1998; Norris, 1999b: 11), ninguém questiona que tais princípios básicos se referem à liberdade, à participação, à tolerância, ao respeito pelos direitos institucionais-legais e ao império da lei (Norris, 1999b: 11).

As atitudes dos cidadãos em relação ao desempenho do sistema político, geralmente aferido nas sociedades democráticas pela questão sobre a “satisfação com o funcionamento da democracia”, estão a meio caminho entre o máximo de apoio difuso e o máximo de apoio específico. Ou seja, a satisfação dos cidadãos com o desempenho da sua democracia tanto pode ser considerada como um indicador do apoio aos princípios básicos da democracia, como da avaliação que os cidadãos fazem do funcionamento específico do sistema político em determinada conjuntura concreta e, por isso, como um indicador do apoio (específico) aos políticos em funções. Existe, todavia, um certo consenso sobre a maior adequação da medida (“satisfação com o funcionamento da democracia”) para aferir do apoio ao desempenho específico do sistema, do que do apoio aos seus princípios nucleares (Fuchs, Guidorossi e Svensson, 1998; Norris, 1999b; Klingemann, 1999).

A quarta dimensão a considerar em matéria do apoio dos cidadãos face ao seu sistema político diz respeito às respectivas atitudes perante as instituições (o governo, o parlamento, os partidos políticos, os tribunais/sistema judicial, a administração pública, a polícia, etc.). Os estudos sobre as atitudes dos cidadãos face às instituições pretendem geralmente centrar-se nas instituições *per se*, isto é, independentemente dos titulares que em cada momento as dirigem/lhes dão corpo, mas na prática tal distinção não é fácil. Ou seja, na prática as avaliações que os cidadãos fazem das instituições dependem, em larga medida, das avaliações dos seus titulares e do respectivo desempenho (Norris, 1999b, pp. 11-12).

O apoio aos actores políticos constitui a quinta e última dimensão na análise do apoio dos cidadãos face ao sistema político, segundo o modelo de Norris e de Klingemann, e aquele que se refere mais directa e precisamente ao apoio específico aos titulares do poder político em cada momento (líderes políticos e partidários, membros do governo, do parlamento, etc.). Apesar de se referir ao apoio específico

ao sistema, poderá também ter efeitos no apoio difuso se for, repetidamente e durante longos períodos, sistematicamente negativo ou positivo.

Segundo Dieter Fuchs e Hans-Dieter Klingemann (1998), a congruência entre os cidadãos e o estado pode ser vista a dois níveis, o dos processos e o das estruturas. O nível mais baixo diz respeito aos processos, enquanto o mais elevado diz respeito às normas e regras que regulam os processos, as estruturas. Ao nível dos processos, a congruência entre os cidadãos e o estado pode ser vista como estando dependente da maior ou menor capacidade de resposta dos agentes políticos face aos anseios e necessidades dos cidadãos: aquilo que se espera é que os actores políticos especializados (partidos, governantes, membros do parlamento, etc.) satisfaçam as expectativas e necessidades dos cidadãos e, quando tal se verifica, os dirigentes políticos recebem apoio específico dos seus súbditos. Todavia, há duas razões fundamentais para que em maior ou menor medida se gere sempre insatisfação nas democracias representativas (Fuchs e Klingemann, 1998: 3): primeiro, porque os recursos postos ao dispor dos governantes para implementar as políticas são limitados; segundo, porque implementar determinadas políticas implica excluir a aplicação de outras. Estes argumentos poderão também ser válidos para regimes autoritários, mas estes saem claramente fora do nosso âmbito de análise.

Nas democracias representativas da nossa área geocultural as eleições são o canal fundamental para a expressão da insatisfação dos cidadãos face ao governo. Ou seja, nestes regimes políticos a alternância entre o governo e a oposição é o mecanismo institucional fundamental para canalizar a insatisfação dos eleitores face ao governo. A maior ou menor efectividade deste mecanismo institucional depende de quantos cidadãos percebem um dos partidos como o mais adequado e competente para representar os seus interesses, e de quantos cidadãos pensam que o “seu” partido tem uma hipótese efectiva de assumir o controlo do governo num futuro próximo. Quanto mais efectivo for o funcionamento do mecanismo de alternância entre o governo e a oposição enquanto forma de canalizar a insatisfação face ao governo, menor será a possibilidade de esta mesma insatisfação se transferir do nível mais baixo dos processos para o nível mais elevado das estruturas, constitucionalmente determinadas, do governo democrático (Fuchs e Klingemann, 1998: 3).

A congruência entre os cidadãos e o estado ao nível das estruturas do governo diz respeito à medida em que os cidadãos percebem/percebem aquelas estruturas como adequadas aos valores e normas geralmente aceites e como mecanismos adequados para assegurar a congruência das respostas dos agentes políticos face aos anseios dos cidadãos (*idem*).

Para Fuchs e Klingemann (*ibidem*: 9), as democracias liberais e representativas do mundo ocidental não estão em crise porque a questão sobre se o governo democrático será, ou não, a melhor forma de governo não está na agenda. Para estes autores, o que está em questão são os relativos méritos das diversas variantes do governo democrático em diferentes países, ou a existência de formas institucionais mistas complementando os elementos centrais da democracia representativa com elementos institucionais típicos das formas de democracia

directa. Por isso, para estes autores mais do que falar-se de crise das democracias liberais e representativas do ocidente, deve falar-se dos desafios que estas democracias actualmente, e pelo menos desde a década de 1970, enfrentam no sentido de adequarem melhor as suas respostas às (novas) necessidades e aspirações dos cidadãos (Fuchs e Klingemann, 1998).

Como é sabido, as modernas sociedades democráticas são fundamentalmente representativas. Isto é, a escolha dos representantes, através do voto, constitui o elemento central da participação política dos cidadãos e a melhor garantia de igualdade política, desde que estejam assegurados os requisitos institucionais de uma democracia representativa (Dahl, 1998: 85). Todavia, conforme é também sobejamente conhecido, isto não significa que não se realizem eleições nos regimes autoritários (eleições semicompetitivas) e totalitários (eleições não competitivas), por vezes com uma regularidade quase religiosa. O que se passa é que nos regimes não democráticos as eleições não cumprem as mesmas funções que nas democracias (Nohlen, 1995: 9-18), não tendo, nomeadamente, nenhum impacte na formação e alternância dos governos.

Foi exactamente aquilo que se passou nos regimes políticos anteriores à mudança democrática iniciada em Portugal, em 1974. Ou seja, embora com diferentes matices, e sendo uns liberais (Monarquia Constitucional, 1820-1910; I República, 1910-1926) e outro autoritário (Estado Novo, 1926-1974), todos os regimes políticos portugueses anteriores à instauração da democracia (1974-1975) se caracterizaram pela realização regular de processos eleitorais para os órgãos do poder político, mas em que aqueles processos não tinham qualquer impacte significativo na formação dos governos e na sua alternância. Seja por motivos de fraude e/ou manipulação dos processos eleitorais, seja por limitações ao sufrágio, seja ainda por fortes restrições às liberdades públicas (Estado Novo, 1926-1974), nunca as eleições portuguesas anteriores a Abril de 1975 foram livres, justas, competitivas e fonte genuína da formação do poder político (ver Freire, 2003c, e bibliografia aí referida).

Apenas após o golpe militar de 25 de Abril de 1974,<sup>2/3</sup> com a deposição do regime autoritário e, sobretudo, com a instituição de eleições regulares, livres e justas para os diferentes órgãos do poder político (Assembleia da República, Presidência

---

2 No contexto do golpe de estado de 1974, foi abolido o regime de censura e foram instauradas as liberdades de associação, reunião e expressão. A polícia política foi extinta. Foram abolidas as restrições à formação de sindicatos livres e de partidos políticos. Foi instaurado o sufrágio universal para os cidadãos portugueses com 18 e mais anos. Na sequência da eleição da assembleia constituinte (1975), foi elaborada a Constituição da República Portuguesa (1976), que consagrou definitivamente todas essas liberdades e assegurou os requisitos mínimos de uma democracia representativa. As operações de fiscalização do processo eleitoral têm sido asseguradas pela representação de todos os candidatos nas assembleias de voto e de todos os partidos representados no parlamento, neste caso ao nível da comissão nacional de eleições (ver Freire, 2003c, e literatura aí citada). Nesta matéria, é sintomático que, em quase 30 anos de democracia, não tenham sido levantadas quaisquer dúvidas significativas sobre a lisura dos processos eleitorais e que se tenha verificado uma efectiva alternância das forças políticas.

3 Todavia, no período do chamado “verão quente” (1975) a radicalização do processo revolucionário colocou temporariamente em dúvida a instauração de uma democracia representativa (Maxwell, 1999; Gomez, 2002).

da República, autarquias locais, regiões autónomas e, desde 1987, para o parlamento europeu) é que Portugal entrou efectivamente no “clube” dos países democráticos, inaugurando, aliás, aquilo que Samuel Huntington (1993) denominou a “terceira vaga” de democratização à escala mundial

### Objectivos da pesquisa

O objectivo central deste trabalho é o de aferir comparativamente o desempenho da democracia portuguesa através da análise do apoio dos portugueses ao sistema político democrático, seja na sua vertente de apoio difuso — apoio aos princípios nucleares da democracia representativa —, seja na sua vertente de apoio específico — satisfação com o funcionamento da democracia e atitudes face aos partidos e classe política.

Em matéria de apoio difuso, será analisada, sempre que possível comparativamente, a adesão dos portugueses aos princípios básicos das democracias liberais e representativas. Mais, tendo em conta que o apoio (difuso) a estes princípios deve ser independente (analítica e empiricamente) do apoio (específico) às autoridades que exercem o poder em cada momento e ao desempenho concreto do regime político, pretende-se também analisar as relações entre as duas dimensões.

A meio caminho entre o apoio difuso e o apoio específico, a evolução do nível de satisfação dos portugueses com o desempenho do seu sistema político democrático será avaliada comparativamente, até porque as análises existentes são manifestamente datadas (Bruneau e Macleod, 1986; Heimer, Vala e Viegas, 1990; Fuchs, Guidorossi e Svensson, 1998).

Em matéria de apoio específico, será analisado o apoio dos portugueses a algumas instituições (partidos) e actores políticos (por exemplo, líderes políticos e partidários, membros do governo, do parlamento, etc.).

Finalmente, o desempenho da democracia portuguesa será ainda aferido através do padrão evolutivo da abstenção eleitoral, bem como dos respectivos factores explicativos ao nível individual.

De todas estas análises decorrerão três conclusões fundamentais que depois sustentam a ideia da necessidade de reformas políticas no sistema de representação, nomeadamente em matéria do sistema eleitoral e do funcionamento interno dos partidos políticos, mas também na cultura política das elites:

- há uma forte adesão dos portugueses aos princípios básicos do regime democrático;
- há um forte criticismo dos portugueses face à classe política, acompanhado por uma insatisfação crescente com o desempenho da democracia e por um elevado nível de afastamento dos cidadãos face ao poder;
- o enorme crescimento da abstenção eleitoral, bem como os factores que a

explicam, indicam que este fenómeno não pode ser encarado como um efeito da normalização do regime democrático.

Todas estas três ideias indicam que, sem se poder falar hoje de uma crise da democracia portuguesa, se acumulam os sinais de preocupação que apontam para a necessidade de, através de reformas políticas mas também de mudanças fundamentais na ética e comportamentos políticos das elites, se criarem melhores condições políticas e institucionais para uma maior capacidade de resposta dos agentes políticos, em particular, e do sistema político, em geral, face às expectativas e anseios dos cidadãos.

Este estudo é, em larga medida, baseado em análises de dados de inquéritos extensivos produzidos por outros, ou seja, baseia-se em análises de dados secundários. Este procedimento é muito difundido na investigação em ciências sociais a nível internacional, quer em termos de realização de teses de mestrado e doutoramento, quer em termos de investigações conduzidas por seniores. Tanto mais quanto, como no presente artigo, se pretendem efectuar análises comparativas e longitudinais, pois tais empreendimentos são dificilmente passíveis de ser dirigidos por uma única equipa de investigação nacional, e muito menos por um investigador individual. Aliás, é para a realização de análises secundárias que existem os chamados *social science data banks*, de que são exemplo o Inter-University Consortium for Political and Social Research (ICPSR) da Universidade do Michigan, nos EUA, e o Zentralarchiv für Empirische Sozialforschung da Universidade de Colónia, na Alemanha, para citar apenas dois casos (sobre os bancos de dados, veja-se por exemplo Valdavida, 1998). Infelizmente, Portugal está muito atrasado nesta matéria, pois ainda não possui um banco de dados, ao contrário de Espanha (CIS). Contudo, o ISCTE é, desde 2000, filiado no ICPSR e, por isso, todos os docentes e discentes da escola podem usar os dados aí arquivados, tal como é feito nesta investigação. Dos estudos aqui utilizados, o autor destas páginas participou activamente em alguns, seja como investigador (*European Values Study*, 1999 — ver Vala, Cabral e Ramos, 2003; *Asia Europe Survey* — ver Freire, Magalhães e Santo, 2003), seja como investigador e co-coordenador executivo (*Inquérito Pós-eleitoral às Legislativas de 2002*, integrado na rede *Comparative Study of Electoral Systems* — ver Freire, Lobo, Magalhães e Santo, 2003). Tal como estes, também alguns dos restantes estudos usados neste artigo — Eurobarómetros, Sondagens CESOP-UCP — estão geralmente integrados em redes internacionais compostas por reputados investigadores, para além de serem frequentemente usados em várias obras por prestigiados cientistas sociais e políticos. Veja-se, por exemplo, Inglehart (1991 e 1997), Klingeman e Fuchs (1998), Bréchon e Cautrés (1998), Norris (1999a).<sup>4</sup>

Isto não significa negar que existem problemas nas análises comparativas transnacionais, nomeadamente aqueles que têm a ver com o (por vezes diverso) significado das questões colocadas aos inquiridos (em vários países), as quais têm de ser traduzidas em diferentes línguas, geralmente a partir do inglês (ver, por

---

4 As sondagens CESOP-UCP não estão no banco de dados do ICPSR.



exemplo, Vijver e Leung, 2000). Contudo, o reconhecimento da existência de problemas nas análises comparativas transnacionais não invalida reconhecer, e muito menos desperdiçar, a enorme riqueza que representam os estudos comparativos baseados em inquéritos extensivos.

### Desempenho da democracia portuguesa I: a satisfação com a democracia

No quadro 1 podemos verificar que em termos de média para o período 1985-1999 o nível de satisfação dos portugueses com o funcionamento do seu regime democrático se situa numa posição intermédia em termos comparativos.<sup>5</sup> Mais, no seio dos países com um nível médio de satisfação com o regime democrático Portugal ocupa uma posição cimeira: é o país que exhibe maiores níveis de satisfação.

**Quadro 1** Níveis médios de satisfação com a democracia na Europa, 1985-1999

Países	Percentagem válida de indivíduos satisfeitos ("muito"/"razoavelmente")	Período temporal coberto	N válido
	<i>Elevada: &gt; 61,0</i>		
Luxemburgo	78,9	1985-1999	11186
Noruega	76,7	1990-1999	8798
Dinamarca	76,5	1985-1999	27584
Holanda	70,1	1985-1999	27545
Alemanha Ocidental	67,9	1985-1999	27433
Irlanda	64,5	1985-1999	26256
Áustria	63,9	1994-1999	13902
	<i>Média: 50,0-61,0</i>		
Portugal	60,3	1985-1999	25056
Suécia	59,7	1994-1999	4881
Grã-Bretanha	57,6	1985-1999	27337
Finlândia	56,9	1993-1999	8913
Bélgica	54,0	1985-1999	26957
Espanha	53,2	1985-1999	25571
França	51,4	1985-1999	26736
	<i>Baixa: &lt; 50,0</i>		
Grécia	44,9	1985-1999	27116
Irlanda do Norte	43,4	1985-1999	7879
Alemanha Oriental	37,2	1990-1999	15390
Itália	25,0	1985-1999	28387

Fonte: dados elaborados pelo autor a partir do *Manheim Eurobarometer Trend File 1970-1999*, estudo ICPSR n. 3384.

Notas: 1) as respostas "não sabe" e "não responde" foram excluídas da análise porque representam geralmente valores residuais — no mesmo sentido. Para o caso dos eurobarómetros, vejam-se, por exemplo, os vários estudos incluídos em Klingemann e Fuchs (1998) e Bréchon e Cautrés (1998); 2) em cada subgrupo, os países estão ordenados por ordem decrescente dos níveis de satisfação.

5 A questão colocada nos Eurobarómetros diz o seguinte: "no conjunto, diria que está muito satisfeito, razoavelmente satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com a forma como a democracia funciona em Portugal?".

**Quadro 2** Tendências evolutivas na satisfação com a democracia na Europa, 1985-1999 (regressões lineares múltiplas)

Países	Níveis de satisfação com a democracia na Europa				
	Satisfação em crescimento				
	B	Beta	R2	Signif.	T-Statistic
Noruega	0,040160	0,142	0,020	0,000	13,425
Suécia	0,025700	0,005	0,005	0,000	4,888
Irlanda	0,020760	0,167	0,028	0,000	27,523
Dinamarca	0,011150	0,102	0,010	0,000	16,952
Finlândia	0,017010	0,073	0,005	0,000	6,936
Irlanda do Norte	0,009878	0,078	0,006	0,000	6,918
Holanda	0,008969	0,076	0,006	0,000	12,619
Grã-Bretanha	0,004213	0,033	0,001	0,000	5,444
Luxemburgo	0,002817	0,027	0,001	0,005	2,821
	Satisfação estável				
	B	Beta	R2	Signif.	T-Statistic
Áustria	0,009572	0,026	0,001	0,069	1,822
Alemanha Oriental	-0,003490	-0,018	0,000	0,028	-2,195
	Satisfação em decréscimo				
	B	Beta	R2	Signif.	T-Statistic
Alemanha Ocidental	-0,017540	-0,146	0,021	0,000	-24,511
Grécia	-0,017240	-0,134	0,018	0,000	-22,309
Bélgica	-0,015400	-0,120	0,014	0,000	-19,799
Portugal	-0,013890	-0,106	0,011	0,000	-16,863
Espanha	-0,007160	-0,054	0,003	0,000	-8,568
França	-0,003639	-0,028	0,001	0,000	-4,597
Itália	-0,002917	-0,026	0,001	0,000	-4,388

Fonte: dados elaborados pelo autor a partir do *Manheim Eurobarometer Trend File 1970-1999*, estudo ICPSR número 3384.

Notas: 1) as respostas “não sabe” e “não responde” foram excluídas da análise; 2) foram realizadas regressões lineares múltiplas (método dos mínimos quadrados) tomando os indivíduos como unidades de análise, o nível de satisfação de cada indivíduo em cada ano como variável dependente e o ano do inquérito como variável independente; 3) em cada subgrupo, os países estão ordenados por ordem decrescente dos níveis de satisfação; 4) foram consideradas tendências evolutivas significativas se satisfizessem o nível de significância 0,01; as restantes foram consideradas estáveis.

Finalmente, a posição portuguesa contrasta com a das outras democracias recentes do Sul da Europa. Ou seja, quer a Espanha, quer sobretudo a Grécia, exibem níveis médios de satisfação com o funcionamento das respectivas democracias bastante inferiores a Portugal (quadro 1).

Mas a análise do nível médio de satisfação com a democracia num longo período, 1985-1999, é um indicador muito limitado da posição comparativa de um país em matéria de satisfação com o funcionamento do regime democrático. Por isso, procura-se dar também uma visão evolutiva da satisfação com a democracia em Portugal e na Europa (quadro 2).

Neste caso a posição portuguesa já não é tão positiva quanto em matéria de posicionamento médio. Ou seja, Portugal está entre o grupo de países europeus

**Quadro 3** Classificação de países europeus segundo as tendências e níveis de satisfação face à democracia, 1985-1999

Tendência na satisfação	Nível de satisfação		
	Elevado > 61%	Médio 50%-61%	Baixo < 50%
Crescimento	Luxemburgo Noruega Dinamarca Holanda Irlanda	Suécia Grã-Bretanha Finlândia	Irlanda do Norte
Estabilização	Áustria		Alemanha Oriental
Decréscimo	Alemanha Ocidental	Portugal Bélgica Espanha França	Grécia Itália

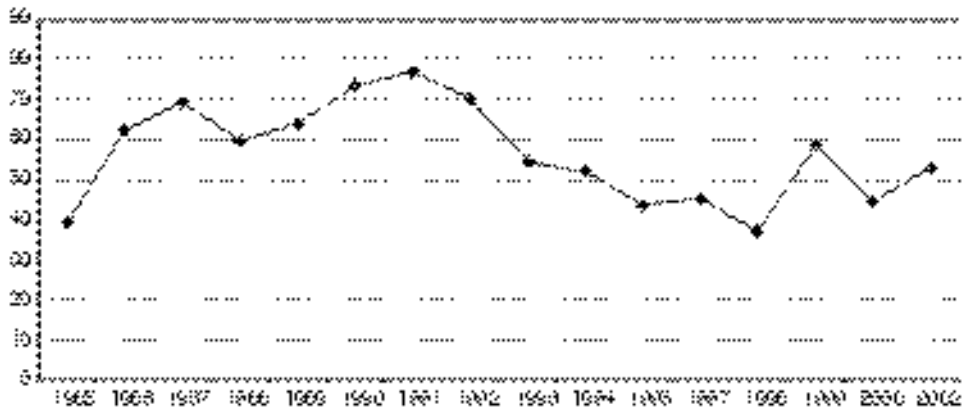
Fonte: dados elaborados pelo autor a partir do *Manheim Eurobarometer Trend File 1970-1999*, estudo ICPSR número 3384, e seguindo a metodologia apresentada por Fuchs, Guidorossi e Svensson (1998).

nos quais tem diminuído ao longo do tempo o conjunto dos indivíduos que se declaram satisfeitos com a democracia no seu país. Mais, neste conjunto de sete países, Portugal apresenta o quarto maior decréscimo em matéria de satisfação com a democracia.

No quadro 3 apresenta-se uma classificação dos vários países europeus tendo em conta, simultaneamente, os níveis médios de satisfação com a democracia em cada país e a respectiva tendência evolutiva, ou seja, combinando as informações apresentadas nos quadros 1 e 2. Sem se enquadrar nas situações mais positivas dos países escandinavos e de outros do norte da Europa, com níveis elevados ou médios de satisfação e uma tendência de crescimento, nesta matéria a posição portuguesa é apenas medianamente susceptível de gerar preocupações. Ou seja, Portugal, tal como Espanha, Bélgica e França, inclui-se no conjunto de países com uma situação intermédia em termos de satisfação, mas com uma tendência decrescente. Apesar disto, Portugal, tal como aliás Espanha, estão bem melhores do que a Grécia: esta com baixos níveis médios de satisfação e uma tendência para descer ainda mais.

As tendências evolutivas apresentadas no quadro 2 podem resultar de um mero artefacto estatístico se se comprovar que a evolução da satisfação com a democracia apresenta um padrão não linear. Não é este o momento apropriado para analisar esta matéria comparativamente, mas decidimos fazê-lo para o caso português (figura 1).

A evolução dos níveis de satisfação com a democracia em Portugal, entre 1985 e 2002, apresenta, efectivamente, um padrão não linear. Por exemplo, os anos de eleições — 1987, 1991, 1999 e 2002 — coincidem geralmente com picos na satisfação com a democracia (figura 1), um dado claramente em linha com os resultados encontrados por várias outras pesquisas (ver, por exemplo, Semetko e Valkenburg, 1998; Banducci e Karp, 2000; Freire, Araújo, Bandeira, Lobo e Magalhães, 2002:



**Figura 1** Evolução da satisfação com a democracia em Portugal, 1985-2002

Fontes: dados elaborados a partir de *Manheim Eurobarometer Trend File 1970-1999*, estudo ICPSR número 3384; (1985-1999); Eurobarómetro 54. 1, estudo ICPSR número 3209 (2000); *Inquérito Pós-Eleitoral às Eleições Legislativas de 2002* (Freire, Lobo, Magalhães e Santo, 2003).

Notas: Percentagens de indivíduos "muito" e "razoavelmente" satisfeitos.

133-155). O ano de 1995 surge como uma excepção nesta matéria, ou seja, apesar de coincidir com um acto eleitoral não se regista uma elevação do nível de satisfação com a democracia. Para 1985, também ano de eleições, os dados disponíveis não nos permitem responder a esta matéria porque começam exactamente nesse ano.

Há, portanto, várias oscilações conjunturais em matéria da satisfação com a democracia em Portugal, que apontam para um padrão evolutivo não exactamente linear. De todo o modo, podemos verificar que os níveis médios de satisfação com a democracia em Portugal na segunda metade da década de 1990 e até 2002 estão geralmente abaixo dos níveis verificados na segunda metade da década de 1980 e na primeira metade da década de 1990. Se estes últimos resultados poderão ser entendidos como consequência de uma conjuntura económica e política favorável — performances económicas positivas e governos estáveis, isto é, cumprindo as legislaturas até ao fim —, não se pode dizer que a segunda metade da década de 1990 não tenha sido também caracterizada por elevado crescimento económico e estabilidade política (ver Freire e Lobo, 2002), dois elementos que sabemos estarem positivamente ligados às variações nos níveis de satisfação com a democracia e as instituições (Semetko e Valkenburg, 1998; Banducci e Karp, 2000; Norris, 1999a). Portanto, as evoluções mais recentes dos níveis de satisfação com a democracia portuguesa podem ser encaradas com alguma preocupação. Ou seja, os níveis de satisfação são geralmente baixos — inferiores a 50%, apesar de a conjuntura económica e política ter sido relativamente favorável, salvo em 2001-2002. Em 2001 acentuaram-se os sinais de uma conjuntura económica recessiva, que aliás já vinham pelo menos de 2000, de problemas na gestão e disciplina das finanças públicas, e de dificuldades na gestão política, a qual culminaria com a demissão do

primeiro-ministro e do governo após a derrota do Partido Socialista nas eleições autárquicas de Dezembro de 2001.

### **Desempenho da democracia portuguesa II: adesão aos valores democráticos, sentido de eficácia política e avaliação da classe política**

No quadro 4 apresentamos as distribuições das respostas dos portugueses a um conjunto de itens sobre a importância do voto (Q201a, Q201e, e Q201h), sobre o seu “sentido de eficácia política” (Q201c, Q201d), sobre o seu sentido de proximidade face ao poder político e aos representantes eleitos (Q201b, Q201f, Q201g), bem como face a certos valores democráticos fundamentais, como a liberdade de expressão (Q208b e Q208c).<sup>6/7</sup>

Os resultados apresentados no quadro 4 revelam que os portugueses dão uma enorme importância ao voto, estão mais divididos em matéria do “sentido de eficácia política”, embora tendendo para uma apreciação negativa sobre a sua capacidade de influenciar o poder, e, sobretudo, apresentam uma imagem muito negativa da classe política e da sua capacidade de dar respostas às expectativas dos cidadãos. Em matéria de dois dos valores fundamentais dos regimes democráticos, a liberdade de expressão e de protesto face ao governo (Q208b e Q208c), podemos verificar que a adesão dos portugueses a esses princípios é esmagadora, tal como na importância dada ao voto.

Portanto, é possível concluir que há uma enorme adesão dos portugueses aos valores democráticos fundamentais (direito de voto, liberdade de expressão, direito ao protesto face ao governo) e que há, simultaneamente, fortes críticas à classe política. Não podemos fazer uma comparação destes resultados com os dos restantes países participantes no *Asia-Europe Survey* 1999 porque os dados comparativos não estão ainda disponíveis; de qualquer modo pensamos que, em termos absolutos, o criticismo em relação à classe política portuguesa é elevado: atinge geralmente uma maioria dos cidadãos com idade de votar, por vezes uma maioria substancial. Mais, genericamente sabemos que estes traços não podem ser considerados uma singularidade portuguesa (ver Norris, 1999a), mas adquirem especial significado se considerarmos que o regime democrático português é ainda

---

6 Sobre o conceito de “sentido da eficácia política”, ver Campbell e outros (1980).

7 Os dados usados nesta secção resultam fundamentalmente da análise da amostra portuguesa que integrou o estudo *Asia-Europe Survey*. Este projecto de investigação é dirigido internacionalmente por Jean Blondel e Takashi Inoguchi, e destina-se a comparar os padrões de cultura política nas democracias asiáticas e europeias. Uma comunicação sobre a cultura política em Portugal foi apresentada na *Asia-Europe Survey Conference, Institute of Oriental Culture, University of Tokyo*, Japão, que teve lugar de 25 a 28 de Novembro de 2002. Ver Freire, Magalhães e Santo (2003). A amostra portuguesa (N = 1000) é estatisticamente representativa da população portuguesa com 18 a 79 anos e residente no Continente. O trabalho de campo foi realizado por SIGMA DOS entre 12 de Outubro e 15 de Dezembro de 2000, através de entrevistas face a face.

**Quadro 4** Adesão aos valores democráticos, sentido de eficácia política e avaliação da classe política (percentagens válidas em linha)

Indicadores	Concordância				
	Discorda totalmente	Discorda	Neutro	Concorda	Concorda totalmente
Q201a. O voto é um dever dos cidadãos	0,4	3,3	5,9	28,9	61,5
Q201b. Existe corrupção generalizada entre as elites políticas	3,4	14,2	25,9	42,0	14,5
Q201c. As pessoas como eu não têm voz/influência no governo	9,2	28,0	17,8	33,0	11,9
Q201d. A política e a governação são por vezes tão complicadas que eu não consigo entendê-las	5,1	14,5	14,4	41,4	24,5
Q201e. Como tanta gente vota não faz realmente grande importância se eu não votar	29,1	39,8	11,3	17,0	2,7
Q201f. Uma vez eleitos os deputados deixam de pensar no interesse público	2,2	18,5	29,6	37,9	11,8
Q201g. Os governantes não se preocupam muito com o que pensam as pessoas como eu	4,1	16,6	30,4	40,1	8,9
Q201h. O sentido em que as pessoas votam é o principal factor do rumo da governação	1,4	9,0	17,3	47,1	25,3
Q208b. Toda a gente deveria ter direito a expressar a sua opinião	0,2	0,1	5,0	36,7	58,0
Q208c. As pessoas devem ser autorizadas a organizar protestos contra o governo	0,2	2,3	10,8	43,5	43,1

Fonte: Freire, Magalhães e Santo, 2003, segundo dados da *Asia-Europe Survey* para Portugal (ver nota 6).

Nota: as categorias “não sabe”, “não responde” e “recusa responder” foram excluídas porque têm valores bastante reduzidos, geralmente residuais, e não são, por isso, relevantes para a análise em causa. Os valores das “não respostas” e “recusas” são os seguintes: 0,0% (q201a), 12,2% (q201b), 1,6% (q201c), 0,9% (q201d), 1,2% (q201e), 4,8% (q201f), 4,2% (q201g), 4,0% (q201h), 1,8% (q208b) e 1,9% (q208c).

muito jovem. Contudo, uma avaliação mais precisa do nível de criticismo dos portugueses face à classe política terá de aguardar pela divulgação dos dados comparativos do *Asia-Europe Survey* 1999, ou de outro inquérito semelhante.

De qualquer modo, podemos dizer que estes dados apontam para uma forte consolidação e legitimação do regime democrático ao nível das atitudes dos cidadãos portugueses face a este, mas apontam também para um sentimento negativo relativamente generalizado face ao funcionamento do sistema político e da classe política, sentimento este justificativo da necessidade de reformas políticas capazes de criarem condições para um sistema político com maior capacidade para dar respostas adequadas às expectativas dos eleitores e para que os cidadãos tenham maior capacidade de influenciar as decisões do governo.

Mas o criticismo dos portugueses perante alguns dos principais actores do sistema político ficou ainda evidenciado pelas respostas dadas a algumas questões de uma bateria de itens sobre o potencial de participação política dos cidadãos, incluídas no *Asia-Europe Survey*. Quando questionados sobre algumas actividades políticas que já teriam desenvolvido ou poderiam vir a desenvolver no futuro,

**Quadro 5** Opinião dos europeus sobre a “democracia como a melhor forma de governo”, 1999

Países	Indivíduos que concordam com a afirmação ("concordam" ou "concordam totalmente")	
	%	N
Dinamarca	98,6	983
Áustria	96,8	1474
Grécia	96,7	1130
Holanda	96,3	991
Alemanha	95,3	1904
Itália	94,3	1898
Suécia	94,3	998
Espanha	93,8	1089
França	93,3	1500
Irlanda	93,3	932
Portugal	92,6	935
Bélgica	92,0	1803
Grã-Bretanha	77,7	937

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir do *European Value Study*, 1999. Sobre este estudo, ver Vala, Cabral e Ramos, 2003.

Nota: 1) as respostas “não sabe” e “não responde” foram excluídas da análise tendo em conta o seu reduzido valor: França, 7,1%; Grã Bretanha, 6,3%; Alemanha, 6 5%; Áustria, 3,2%; Itália, 5,1%; Espanha, 9,3%; Portugal, 6,5%; Holanda, 1,2%; Bélgica, 5,7%; Dinamarca, 3,9%; Suécia, 1,7%; Irlanda, 7,9%; Grécia, 1,1%; 2) em cada subgrupo, os países estão ordenados por ordem decrescente dos níveis de concordância.

84,1% dos portugueses declararam que nunca contribuiriam com dinheiro para campanhas eleitorais; 63,8% referiram que nunca contribuiriam activamente para ajudar um candidato ou um partido em período eleitoral; 68,0% disseram que nunca adeririam a um partido político — para cada tipo de actividade política apresentada aos inquiridos, as hipóteses de resposta eram “não fez e nunca faria”, “não fez mas poderia fazer”, “já fez uma ou duas vezes” e “já fez várias vezes” (Freire, Magalhães e Santo, 2003). Para avaliar de forma mais precisa quão baixo é este nível de predisposição para participar na política através de dois dos seus agentes e canais privilegiados (os partidos políticos e os candidatos), seria conveniente termos acesso aos dados comparativos sobre a matéria, o que não foi ainda possível. De todo o modo, tendo em conta a centralidade dos partidos e das eleições nas sociedades democráticas, estes dados são no mínimo preocupantes e apontam para a necessidade de reformas políticas capazes de criar condições para que os partidos políticos sejam mais atractivos aos olhos dos cidadãos.

Pelo contrário, a forte adesão dos portugueses aos ideais democráticos é também passível de ser comprovada comparativamente (quadro 5). Apesar de Portugal estar na base da tabela, numa ordenação decrescente dos níveis de concordância face ao ideal de que “a democracia é a melhor forma de governo”, a verdade é que mais de 92% dos portugueses concordam com a ideia e, por isso, pode considerar-se que também através deste indicador os dados evidenciam claramente uma esmagadora adesão aos valores democráticos. Por outro lado, as diferenças entre

**Quadro 6** Factores explicativos da adesão aos valores democráticos e da relação dos cidadãos com o poder político (regressões lineares múltiplas: método dos mínimos quadrados)

Variáveis independentes	Variáveis dependentes			
	Valor do voto	Eficácia política	Distância ao poder	Liberdade de expressão
Exposição aos media	0.142***	0.199***	-0.104**	0.216***
Confiança política	0.075**	0.259***	—	—
Q409.R Identificação partidária (1: sim; 0: não)	0.146***	0.098**	-0.122***	0.097**
Q504. Prática religiosa	n.s.	n.s.	n.s.	-0.092**
Género ("feminino")	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Idade	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Educação	n.s.	n.s.	-0.149***	0.119**
Q519. Estatuto económico do inquirido de acordo com percepção do entrevistador	n.s.	n.s.	n.s.	-0.144***
Dimensão do habitat	-0.110***	-0.094**	n.s.	n.s.
R <sup>2</sup> ajustado	0.062	0.137	0.055	0.083
N válido	703	706	665	752

Fonte: Freire, Magalhães e Santo, 2003, segundo dados elaborados a partir da *Asia-Europe Survey* para Portugal.

Notas: \*\*\*p < 0,01, \*\*p < 0,05, \*p < 0,1, n. s. = não significativo; as categorias "Não sabe", "Não responde" e "Recusa responder" foram excluídas da análise. *Valor do voto*: índice aditivo das variáveis Q201a e Q201h (os valores mais elevados significam a maior importância dada ao voto). *Eficácia política*: índice aditivo das variáveis Q201c e Q201d (os valores mais elevados significam maior sentido de eficácia política). *Distância ao poder*: índice aditivo das variáveis Q201b, Q201f e Q201g (os valores mais elevados significam maior distância ao poder). *Liberdade de expressão*: índice aditivo das variáveis Q208b e Q201c (valores mais elevados significam maior apoio à liberdade de expressão). Sobre a codificação das variáveis, ver Freire, Magalhães e Santo, 2003. *Confiança Política*: índice aditivo das variáveis Q101a (parlamento), Q101b (partidos políticos), Q101c (governo), e Q201e (principais líderes políticos) (os valores mais elevados significam maior confiança política).

os países são relativamente reduzidas, muitas delas enquadráveis dentro das margens de erro comuns nos inquéritos.<sup>8</sup>

Mas que factores explicam estas atitudes face aos valores democráticos e ao sistema político? Para responder a esta questão apresentamos uma série de análises de regressão no quadro 6. Pretende-se aferir se a adesão dos cidadãos aos valores democráticos, a apreciação que fazem do sistema político e da sua capacidade de influenciar o poder dependem de outras atitudes políticas (confiança nas instituições e identificação partidária), da exposição aos media e da sua inserção socioeconómica.

Podemos verificar no quadro 6 que, em Portugal, as atitudes políticas em análise são sobretudo explicadas pela exposição aos media e pelas atitudes políticas dos inquiridos: as pessoas com maior exposição aos media e/ou que se identificam com algum dos partidos políticos dão maior importância ao voto, têm uma maior sensação de serem capazes de influenciar o poder, sentem-se menos

8 A situação da Grã-Bretanha é dificilmente explicável com os dados disponíveis, mas poderá dever-se ao efeito de exclusão que o sistema eleitoral maioritário provoca sobre os eleitores que normalmente vêem o seu voto perdido porque não o depositam nos dois maiores partidos (sobre a democracia maioritária e a satisfação com a democracia, veja-se Lijphart, 1999: 258-300).



distantes face ao poder político e dão maior apoio à liberdade de expressão e protesto. O nível de confiança política revela-se o determinante fundamental do sentido de eficácia política, e tem também um efeito significativo nas atitudes face ao valor do voto. Em qualquer caso, há um impacte positivo da confiança política sobre aquelas duas atitudes políticas.

No caso do impacte das variáveis sociodemográficas, podemos verificar que os residentes nas áreas mais populosas dão menor importância ao voto e têm um menor sentido de eficácia política, fenómeno que poderá estar relacionado com a exclusão social nos grandes centros urbanos. Mas poderá dever-se também a um maior cinismo político e a uma percepção de maior fechamento do sistema político do sistema nessas áreas. As pessoas mais instruídas sentem-se menos distantes do poder político e dão maior apoio à liberdade de expressão. Finalmente, os indivíduos com maior integração religiosa (“prática religiosa”) e/ou com mais elevados rendimentos dão menor apoio à liberdade de expressão, o que poderá estar relacionado com o maior conservadorismo social destes grupos.<sup>9</sup>

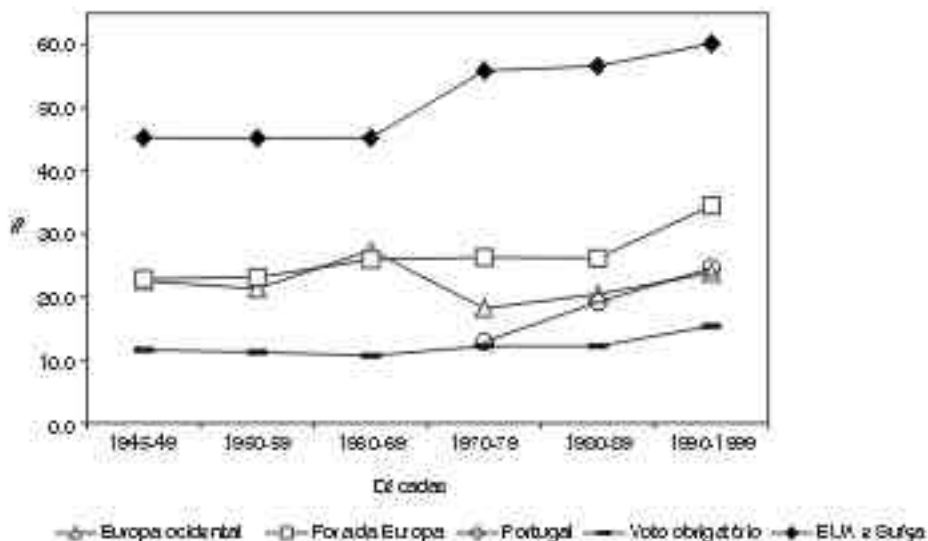
Estes resultados evidenciam que aquilo que os portugueses pensam sobre o seu sistema político democrático e a sua classe política está muito mais dependente das suas atitudes políticas do que das suas características sociais, um padrão também encontrado em estudos anteriores e noutros aspectos da política portuguesa (Heimer, Vala e Viegas, 1990; Magalhães, 2001; Freire e Magalhães, 2002). Por um lado, isto significa que as desigualdades sociais não se transformam linearmente em desigualdades políticas. Por outro lado, isto significa também que as reformas políticas para responder ao criticismo dos cidadãos face à classe política poderão ser menos difíceis, já que as raízes de tal mal-estar são sobretudo políticas e não sociais/estruturais. Ou seja, é mais fácil agir sobre factores políticos do que sobre a estrutura social, não significando isto uma desvalorização do mal-estar a nível político. Finalmente, os efeitos de algumas atitudes políticas (confiança política, por exemplo) nalgumas crenças ou atitudes básicas face ao sistema democrático (o valor do voto e a eficácia política) sugerem que o criticismo face à classe política e às suas organizações pode ter alguns efeitos negativos sobre o apoio difuso ao regime.

### Desempenho da democracia portuguesa III: a abstenção eleitoral

Nas democracias representativas do ocidente as eleições cumprem determinadas funções, nomeadamente a legitimação do sistema político e dos governos partidários (Nohlen, 1995: 15-17). Obviamente, é muito difícil, senão mesmo impossível, determinar *a priori* um nível de participação eleitoral abaixo do qual fica em causa a

---

9 O sentido de eficácia política diz respeito à percepção que os cidadãos têm sobre a sua capacidade de influenciar o sistema político. Sobre este conceito, ver Freire (2001a: 47-50) e bibliografia aí citada; e Freire, Magalhães e Santo (2003), em matéria de construção do índice.



**Figura 2** Média por década das taxas de abstenção em eleições legislativas: Portugal, Europa Ocidental, fora da Europa e voto obrigatório (% em relação à população em idade de voto)

Fonte: Freire e Magalhães, 2002, segundo dados elaborados pelos autores a partir de *International IDEA*, 1997 e 2002.

Notas: 1) sobre os países incluídos, todos pertencentes à OCDE, ver Freire e Magalhães (2002): 26; 2) EUA e Suíça são singulares, e formam por isso um conjunto coerente na matéria em análise, pelas suas elevadíssimas taxas de abstenção.

legitimidade do regime democrático. Provavelmente, mais importante do que avaliar o nível de participação eleitoral será avaliar a sua trajectória evolutiva enquanto indicador da evolução das relações dos cidadãos com o sistema político e da qualidade do regime democrático.<sup>10</sup> Em certa medida na linha das teorias elitistas da democracia (para uma revisão destas teorias em matéria da importância atribuída à participação política, ver Perea, 1999: 3-5), que consideram a apatia e os baixos níveis de participação política como benéficos para o estado e indicativos de uma satisfação generalizada com o sistema político, também Manuel Braga da Cruz (1995: 310) interpretava o aumento da abstenção eleitoral em Portugal, entre 1975 e 1991, como indicador de uma certa normalização do regime democrático e da diminuição da conflitualidade social e política.

O objectivo desta secção é avaliar em que medida a evolução da abstenção portuguesa em eleições legislativas, 1975-2002, e os factores explicativos do

10 Estamos, portanto, a afastar-nos da questão da legitimidade do regime, em direcção à questão da qualidade da democracia. Obviamente que, em termos de legitimidade do regime, a questão da existência de uma oposição desleal e de partidos anti-sistema relevantes pode ser mais importante (Linz e Stepan, 1996; Linz, 1995). Mas, conforme se disse atrás, o apoio dos cidadãos ao regime democrático pode ser uma reserva fundamental em situações de crise.

comportamento abstencionista, a nível individual, nos permitem, ou não, interpretar a abstenção eleitoral dos portugueses e a sua evolução como indicadores da qualidade do sistema democrático.

A figura 2 compara as médias dos valores da abstenção em eleições legislativas, por décadas, calculadas face ao total de residentes em idade de votar, em quatro grupos de países da OCDE — 1) países sem voto obrigatório da Europa ocidental; 2) sem voto obrigatório fora da Europa; 3) com voto obrigatório; 4) os dois casos particulares dos EUA e Suíça — com o caso português.<sup>11</sup>

O fenómeno mais assinalável na figura 2 é a tendência geral para o crescimento da abstenção a partir da década de 1980, tendência essa que se acentuou substancialmente na década de 1990. A constatação não é nova, e tem sido feita em diversos estudos (Gray e Caul, 2000; Wattenberg, 2000). Contudo, em Portugal o aumento da abstenção é bastante mais acentuado do que nas médias dos grupos de países identificados na figura 2. Apesar de partir, na década de 1970, com uma participação eleitoral bastante elevada — próxima da média dos países com voto obrigatório —, Portugal vem a exibir um crescimento muito acentuado dos valores da abstenção, ultrapassando mesmo a média da Europa ocidental (sem voto obrigatório).

Numa análise detalhada, país por país, Freire e Magalhães (2002: 47-48) constataram que, comparando as taxas médias de abstenção nas décadas de 1950, 1970 e 1990 e as taxas de variação entre essas décadas, só a Alemanha apresenta um crescimento da abstenção tão acentuado como Portugal da década de 1970 para a década de 1990 (taxa de variação: +91%). Esse aumento é tanto mais invulgar porque diverge da tendência verificada nos dois outros países cuja transição democrática foi contemporânea da portuguesa (Espanha e Grécia). Por outro lado, a situação da Alemanha deve-se, com forte probabilidade, à incorporação da parte oriental do país na federação no início da década de 1990. Mais, os dois países que se seguem a Portugal, em matéria de taxas mais elevadas de crescimento da abstenção eleitoral, são a Áustria (+89%) e a Holanda (+79%), embora nestes casos a explicação de tão elevado crescimento da abstenção tenha a ver com o abandono do voto obrigatório: Áustria, em 1990; Holanda, em 1967. Neste contexto, o elevado crescimento da abstenção eleitoral em Portugal afigura-se como ainda mais singular, porque não há qualquer situação particular do tipo daquelas que foram anteriormente referidas e que possa explicar tal evolução.

Mas, a nível individual, que factores explicam a maior ou menor propensão para os portugueses se absterem de votar? Ao nível individual há três tipos de factores geralmente utilizados para explicar a propensão dos indivíduos para a abstenção *versus* participação:

---

11 Tal como em vários outros países, em Portugal a abstenção eleitoral calculada a partir das estatísticas oficiais (censo eleitoral) está sobrestimada, sobretudo a partir de meados dos anos 1980, e mesmo após a “limpeza” do censo eleitoral operada em 1998 (Freire e Magalhães, 2002: 21-39). Por isso, a melhor forma de analisar comparativamente as taxas de abstenção é tomar como universo os residentes em idade de votar (IDEA, 1997: 50). Os dados disponíveis inviabilizaram levar a comparação para além do final da década de 1990.

- *O nível de recursos* (rendimento, instrução, profissão, etc.). Quanto maior o nível de recursos, maior tenderá a ser a propensão para os indivíduos participarem na política, seja porque esses mesmos recursos tornam mais fácil/menos custosa a obtenção e processamento de informação política (Downs, 1957), seja porque os indivíduos com maiores recursos gozam de maior estatuto e maior integração social e política, logo são mais propensos a participar na política (Lipset, 1987).
- *O nível de integração social e a interiorização de normas e papéis* (idade, sexo, habitat, estado civil, etc.) levam a que quanto maior a integração social (indivíduos mais velhos, residentes em habitat urbano, casados ou em união de facto, etc.) e/ou a interiorização de normas e papéis pró-activos (sexo masculino) maior a propensão para participar na política (Lipset, 1987).
- *As atitudes políticas*. Quanto maior o interesse pela política, o sentido de eficácia política, a simpatia pelos partidos, etc., maior a integração no universo da política e, logo, maior a propensão para votar (Campbell e outros, 1980).<sup>12</sup>

Uma questão controversa nesta matéria tem a ver com o impacte da confiança/desconfiança nas instituições sobre a participação política. Por um lado, os indivíduos mais insatisfeitos e desconfiados poderão ser também os mais alienados em relação ao sistema, não só participando menos nas eleições como recorrendo a outras formas de participação política, eventualmente até violentas, para influenciar o poder (Norris, 1999a; Freire, 2003c). Todavia, de acordo com as teorias elitistas da democracia, os indivíduos que estão satisfeitos com o funcionamento da democracia e das respectivas instituições são os que votam menos, porque confiam no sistema e consideram que se não votarem as coisas continuarão a funcionar bem. Ou seja, o crescimento da abstenção é interpretado como um efeito da “normalização” político-institucional (Norris, 1999a; Perea, 1999).

Nas eleições legislativas, de 1999 e de 2002, e nas presidenciais, de 2001, do ponto de vista sociodemográfico, o que melhor distingue o votante do não votante é a idade: quanto mais velhos são os eleitores, menor a probabilidade de se absterem (quadro 7). Salvo em 2002, nenhuma das restantes variáveis sociodemográficas é estatisticamente significativa. Nas eleições de 2002 também o nível de instrução e o habitat têm um impacte significativo sobre o abstencionismo eleitoral: os indivíduos mais instruídos têm menor probabilidade de se abster; quanto maior a dimensão do habitat maior a probabilidade de abstenção. Ou seja, do ponto de vista socioeconómico, a abstenção, em 1999 e 2001, foi um fenómeno difuso. Nas eleições de 2002 tal afirmação não é verdadeira, mas tal como nas eleições de 1999 e 2001, também em 2002 não são os factores socioeconómicos que melhor explicam a propensão para o abstencionismo eleitoral. Na verdade,

12 Sobre os modelos explicativos da abstenção/participação eleitoral, subjacentes a estes conjuntos de hipóteses, e a forma como se articulam, veja-se Freire (2001a), pois o espaço disponível não nos permite alongarmo-nos nesta matéria.

**Quadro 7** Factores explicativos da abstenção nas eleições legislativas (AR) de 1999 e 2002 e nas eleições presidenciais (PR) de 2001

Variáveis independentes	Variáveis dependentes: abstenção (1) versus participação (0)		
	AR 1999	PR 2001	AR 2002
Rendimento do agregado familiar	-0,23 (3,00)	-0,20 (3,24)	-0,07 (0,23)
Grau de instrução	0,10 (0,78)	-0,10 (0,01)	-0,13* (3,56)
Idade	-0,21** (7,64)	-0,33*** (29,67)	-0,05*** (26,30)
Sexo	0,17 (0,59)	-0,01 (0,01)	-0,06 (0,08)
Actividade profissional	0,10 (0,18)	-0,10 (0,31)	-0,25 (0,86)
Habitat	-0,36 (2,21)	0,09 (0,28)	0,07* (3,45)
Interesse pela política	-0,41** (8,08)	-0,50*** (19,12)	-0,93*** (43,88)
Simpatia por um partido	-0,99*** (21,95)	-0,74*** (18,90)	-0,58*** (19,88)
Confiança nas instituições	-0,49** (10,31)	-0,37** (17,39)	-0,11 (0,32)
	N = 737 Pseudo R <sup>2</sup> =0,18	N = 1016 Pseudo R <sup>2</sup> =0,17	N = 1303 Pseudo R <sup>2</sup> =0,31

Fonte: no caso das eleições AR 1999 e PR 2001, Freire e Magalhães (2002: 145-149), segundo dados elaborados a partir de duas sondagens do CESOP — Universidade Católica Portuguesa, 2000 e 2001; no caso das eleições AR 2002, dados elaborados pelo autor a partir do *Inquérito Pós-Eleitoral às Eleições Legislativas* de 2002 (Freire, Lobo, Magalhães e Santo, 2003). Qualquer dos estudos é baseado em amostras representativas da população portuguesa em idade de votar e residente em Portugal continental.

Notas: 1) \* $p < 0,05$ ; \*\* $p < 0,01$ ; \*\*\* $p < 0,001$ ; 2) nas células da matriz apresentamos os coeficientes de regressão logística e, entre parêntesis, a estatística Wald que nos permite determinar a importância relativa de cada variável independente para a explicação da abstenção — quanto maior o valor do Wald, maior a importância da variável; 3) o índice de confiança nas instituições inclui um conjunto de instituições electivas (governo, Assembleia da República, Presidência da República) e ainda os partidos políticos e os tribunais/sistema de justiça.

podemos dizer que, em todas as três eleições em análise, o que melhor explica o comportamento abstencionista dos eleitores são as atitudes políticas que perfilham: interesse pela política, simpatia partidária e confiança nas instituições. Os inquiridos que se interessam pela política, que simpatizam com qualquer partido e que confiam nas instituições políticas são muito menos susceptíveis de não comparecerem nas urnas. Apenas em 2002 a confiança nas instituições não teve um impacto estatisticamente significativo sobre o abstencionismo.

Portanto, tal como outros dados referentes aos anos 80 tinham revelado, os factores mais significativos para explicar a abstenção eleitoral em Portugal são de índole política, aliás, tal como na União Europeia (Freire e Magalhães, 2002:

131-145; Magalhães, 2001; Freire, 2000). Ou seja, estes estudos revelam que o abstencionismo eleitoral não é tanto explicável por determinismos sociais, sendo antes explicável por factores que apontam para uma certa desadequação/desalinhamento entre a oferta (partidária) e a procura (desidentificação dos eleitores com os partidos políticos). Assim, por um lado, se a abstenção se revela um fenómeno relativamente difuso do ponto de vista sociológico, as diferenças verificadas na predisposição dos indivíduos para influenciar o processo e as decisões políticas através do voto não parecem reflectir desigualdades sociais e económicas, não suscitando, portanto, receios de uma desigualdade política que seja social e economicamente determinada. Contudo, por outro lado, a abstenção reflecte claramente atitudes de desconfiança nas instituições, desinteresse pela política e desalinhamento com a oferta partidária disponível. Assim, a hipótese de que a abstenção eleitoral seja um indicador de “saúde” do sistema democrático e da confiança no regime e naqueles que competem pelo poder — como afirmam as teorias elitistas — tem que ser claramente rejeitada para o caso português.

O tipo de factores explicativos do abstencionismo eleitoral a nível individual, bem como o elevado nível atingido pelas taxas agregadas de abstenção nos anos 90 e a sua evolução desde a década de 1970 até àquela data, são portanto indicadores de algum “mal-estar” no funcionamento do regime democrático português. Estes elementos apontam, pois, para a necessidade de reformas políticas capazes de tornar o sistema político mais eficaz nas respostas às expectativas e anseios dos cidadãos, nomeadamente tornando os partidos políticos mais atractivos aos olhos dos eleitores, e criando condições para uma maior confiança dos cidadãos no funcionamento das suas instituições políticas, capazes de trazer de volta às urnas um número substancial de eleitores. Até porque vários dados demonstram que em Portugal este declínio da participação eleitoral não tem sido compensado pelo crescimento de outras formas (não controladas institucionalmente pelas elites) de participação política (Topf, 1998; Cabral, 2000; Freire, 2003c; Freire, Magalhães e Santo, 2003).

### **Conclusões: apoio ao regime, criticismo quanto ao seu funcionamento e actores e reformas políticas**

Segundo os dados analisados neste artigo, os portugueses, tal como a maioria dos cidadãos das democracias liberais do ocidente, revelam um significativo apoio aos valores nucleares da democracia liberal representativa: maiorias muito extensas apoiam a democracia como a melhor forma de governo, dão enorme importância ao voto como instrumento político ao dispor dos cidadãos, à liberdade de expressão e ao direito de protestar contra o governo.

Todavia, em matéria da avaliação do funcionamento da democracia, os dados revelam um significativo e crescente criticismo: apesar de, em termos médios, entre

1985-1999, Portugal ocupar uma posição intermédia no *ranking* europeu, a tendência evolutiva é para um decréscimo significativo, embora irregular, da satisfação com a democracia, sobretudo se considerarmos o período 1985-2002. Mas os sinais mais negativos quanto ao funcionamento da democracia em Portugal referem-se ao elevado aumento da abstenção eleitoral, indicador de que um número substancial e cada vez maior de eleitores não está a utilizar as eleições como veículo para canalizar a sua insatisfação face aos governos, à elevada distância sentida pelos cidadãos perante o poder, ao seu baixo sentido de eficácia política e, sobretudo, ao forte criticismo dos eleitores face à classe política e aos partidos.

Estes dados evidenciam, pois, que os alicerces mais profundos da democracia em Portugal não estão em crise, pelo menos tanto quanto é possível aferir através dos indicadores disponíveis, mas que simultaneamente há indicações que remetem para a necessidade urgente de reformas políticas capazes de propiciarem a criação de condições para que os cidadãos se sintam mais próximos do poder político, para que se tornem e se sintam mais capazes de o influenciar, bem como para tornar o sistema político, em geral, e o sistema partidário, em particular, mais ajustados às expectativas e anseios dos cidadãos. Até porque os dados analisados revelam também que a desconfiança nas instituições e a desidentificação com os partidos têm efeitos negativos significativos sobre o apoio dos cidadãos aos valores democráticos fundamentais, para já não falar nos impactes, também negativos, sobre a participação eleitoral. Ou seja, apesar de o apoio (difuso) dos portugueses aos valores fundamentais da democracia não estar actualmente em causa, isso não significa que não possa vir a ser crescentemente contaminado pelo fraco apoio (específico) de que dispõem actualmente quer a classe política, quer os partidos, que são actores fundamentais em qualquer democracia representativa.

Conforme nos propusemos fazer no início deste artigo, vamos finalizar procurando relacionar as conclusões anteriores com algumas pistas para a reforma do sistema político em matéria de representação política — sistema eleitoral e funcionamento dos partidos políticos —, que têm sido defendidas noutros locais (AA.VV., 1998a e 1998b; Cruz, 1998 e 2000; Freire, 2001b; Freire, Araújo, Bandeira, Lobo e Magalhães, 2002; Lopes e Freire, 2002), e que têm estado em debate no seio da comissão parlamentar eventual para a reforma do sistema político.<sup>13</sup>

---

13 Em Maio de 2002, na sequência de declarações recentes do Presidente da República, Jorge Sampaio, quanto à necessidade urgente de se avançar com uma reforma do sistema político, iniciou-se o processo conducente à formação de uma Comissão Parlamentar Eventual para a Reforma do Sistema Político (ver *Público*, 1/5/2002: 10, e 9/5/2002: 14). No contexto da formação desta comissão parlamentar o Partido Socialista apresentou já um projecto de reforma do sistema eleitoral (PJI 17/IX), claramente em linha com propostas apresentadas anteriormente (Freire, 2003cb). Os outros partidos ainda não tinham apresentado qualquer proposta de reforma do sistema eleitoral quando terminámos de escrever este artigo, em 31/10/2002. Todavia, são conhecidas propostas/posições anteriores dos outros partidos (AA.VV., 1998a; Cruz, 2000; Freire, 2001b; Freire, Araújo, Bandeira, Lobo e Magalhães, 2002),

Nas eleições legislativas, o sistema eleitoral português é o da representação proporcional (RP) segundo a fórmula da média mais alta de Hondt, com voto único em listas fechadas e bloqueadas. A contabilização dos votos para a respectiva conversão em mandatos parlamentares é feita em cada um dos 22 círculos eleitorais plurinominais. Em termos comparativos, a dimensão média dos círculos eleitorais e, sobretudo, a média do “limiar efectivo” do sistema eleitoral em Portugal ocupam uma posição intermédia no *ranking* internacional das democracias consolidadas (Freire, 2003c).<sup>14</sup> Todavia, há vários círculos de dimensões elevadas ou mesmo muito elevadas, nomeadamente Lisboa, Porto e outros distritos das áreas urbanas do litoral português (Freire, 2001b; Lopes e Freire, 2002: II parte; Freire, 2003c). Apesar de, em termos médios (1975-1999), o nível de desproporcionalidade do sistema eleitoral colocar Portugal entre os regimes RP mais desproporcionais da Europa (Lopes e Freire, 2002: II parte), junto com a Grécia e a Espanha, tal traço deve-se, sobretudo, à evolução dos comportamentos eleitorais após 1985 e à resultante redução na competitividade do sistema partidário, e não tanto aos efeitos da mecânica do sistema eleitoral propriamente dito (Freire, 2003c).

Entre 1975 e 1987 o sistema político português caracterizou-se, entre outras coisas, por uma enorme instabilidade no exercício do poder executivo, já que os governos nunca cumpriam os respectivos mandatos até ao fim. Desde as eleições de 1987, verificou-se uma mudança fundamental nos comportamentos eleitorais dos portugueses, com a concentração do voto nos dois maiores partidos, PS e PSD, a qual deu origem a um forte incremento na governabilidade do sistema político:<sup>15</sup> os governos passaram a cumprir os mandatos até ao fim, salvo o último governo do PS (1999-2002), cujo primeiro-ministro se demitiu na sequência da derrota eleitoral nas eleições locais de 2001. Por isso, a reforma do sistema eleitoral por motivos de reforço da governabilidade deixou de estar na ordem do dia (AA.VV., 1998a e 1998b; Cruz, 1998 e 2000; Freire, 2001b; Freire, Araújo, Bandeira, Lobo e Magalhães, 2002). Todavia, a reforma do sistema eleitoral continua na agenda política, mas no sentido de se criarem condições mais favoráveis para uma melhoria da qualidade da representação política.

Em matéria de reforma do sistema eleitoral, as propostas recentes que têm sido avançadas apresentam geralmente dois objectivos centrais: criar condições para uma maior aproximação entre deputados e eleitores; e fortalecer o papel dos deputados na função de representação política, tornando-os mais autónomos perante as direcções dos seus partidos e mais legitimados face aos militantes (e eleitores) (AA.VV., 1998a e 1998b; Cruz, 1998 e 2000; Freire, 2001b; Freire, Araújo, Bandeira, Lobo e Magalhães, 2002). Para tal, têm sido propostas quer a criação de

---

bem como existem algumas indicações dadas pela imprensa sobre o evoluir recente dessas posições (Freire, 2003cb).

14 Sobre o conceito de “limiar efectivo”, ver Lijphart, 1995.

15 PS: Partido Socialista, de centro esquerda.; PSD: Partido Social Democrata, de centro direita. Apesar do nome, este partido é melhor enquadrável na família ideológica liberal. Aliás, o PSD já pertenceu ao grupo liberal do parlamento europeu, sendo actualmente membro do PPE.



um sistema de membros mistos com pendor proporcional (MMP),<sup>16 /17</sup> quer a criação de um sistema de círculos de duplo nível mas todos plurinominais. Por outro lado, têm sido propostas, também, uma maior descentralização e uma maior democratização do processo de selecção de candidatos às eleições, ao nível intrapartidário.

Parece-nos que todas estas reformas são efectivamente urgentes e poderão contribuir para a criação de condições mais favoráveis para uma maior proximidade entre eleitores e eleitos, bem como para a maior democraticidade interna, logo atractividade dos partidos políticos. Mas há outro tipo de mudanças urgentes no sistema político português que não têm necessariamente a ver com reformas institucionais mas, antes, com a ética e o sentido de responsabilidade da classe política e dos partidos, seja em termos do cumprimento das promessas feitas em campanha eleitoral, muitas vezes ignoradas e eternamente adiadas após as eleições, seja em termos dos níveis de exigências morais e éticas para os comportamentos dos responsáveis políticos. Mais vários estudos têm demonstrado que a mobilização empreendida pelos partidos políticos tem um papel fundamental nos níveis de participação eleitoral dos cidadãos (ver, por exemplo, Barreiro, 2001; Freire e Magalhães, 2002). Consequentemente, os partidos não devem poupar esforços na sua mobilização dos eleitores, para os levar às urnas. Mas esta capacidade de mobilização passa também pela apresentação de propostas políticas claras aos eleitores e, sobretudo, pelo seu escrupuloso cumprimento.

Na nossa perspectiva todas estas mudanças são tão ou, porventura, ainda mais necessárias do que as reformas institucionais, mas dizem sobretudo respeito a mudanças nos comportamentos e cultura política das elites dirigentes e, por isso, são bem mais difíceis de levar a cabo. Contudo, afiguram-se-me pelo menos tão urgentes e necessárias como as reformas institucionais, sob pena de o criticismo que hoje impende sobre a classe política se propagar no futuro ao próprio apoio ao regime.

---

16 Sobre os sistemas de membros mistos, ver Shugart e Wattenberg (2000).

17 Todavia, esta solução, que implica geralmente a criação de um sistema eleitoral de círculos de duplo nível com círculos uninominais no nível inferior, conheceu crescentes resistências desde a aprovação do orçamento de estado (OE) para 2001. Noutros estudos demonstrei claramente que o episódio da aprovação do OE de 2001 (vulgarmente conhecido por “orçamento do queijo limiano”), e que se repetiu de certa forma na aprovação do orçamento de estado para 2002, está bem presente nos receios dos actores políticos quando se pensa em reformar o sistema eleitoral (Freire, 2001b; Freire, Araújo, Bandeira, Lobo e Magalhães, 2002; Lopes e Freire, 2002). O orçamento de estado para 2001, proposto pelo governo do Partido Socialista (1999-2002), foi aprovado graças à abstenção do deputado/autarca Daniel Campelo em dissidência com o seu partido (CDS/PP: Centro Democrático Social/Partido Popular, um partido de direita) e com o objectivo de conseguir benefícios para o seu círculo eleitoral (Viana do Castelo). O PS precisava de apenas um voto para conseguir a aprovação do orçamento, pois detinha 115 deputados na Assembleia da República, exactamente os mesmos que a oposição, e conseguiu-o com a abstenção individual de um deputado (dissidente) de outro partido, tendo-se revelado incapaz de conseguir o apoio (ou a abstenção) de qualquer força partidária no parlamento.

## Referências bibliográficas

### *Livros e artigos científicos*

- AA.VV. (1998a), *Pareceres sobre o Anteprojecto de Reforma da Lei Eleitoral para a Assembleia da República*, Coimbra, PCM/MCT/FOUC.
- AA.VV. (1998b), *Direitos dos Eleitores: Seminário Internacional 1998*, Lisboa, Universidade Moderna.
- Anderson, C., e C. Guillory (1997), "Political institutions and satisfaction with democracy", *American Political Science Review*, 91 (1), pp. 66-81.
- Assembleia da República*, Coimbra, PCM/MCT/FDUC.
- Banducci, S. A., e J. A. Karp (2000), "Campaigns and the media: short-term changes in political support in the United States, Britain, and New Zealand", comunicação apresentada no encontro da World Association for Public Opinion Research e da American Association for Public Opinion Research, Portland, Oregon.
- Barreiro, B. (2001), "Los determinantes de la participación en las elecciones españolas de Marzo de 2000: el problema de la abstención en la izquierda", *Working Paper Número 171*, Centro de Estudios Avanzados en Ciencias Sociales, CEACS, Fundación Juan March.
- Bréchon, P., e B. Cautrés (orgs.) (1998), *Les Enquêtes Eurobaromètres: Analyse Comparée des Données Socio-Politiques*, Paris, L'Harmattan.
- Bruneau, T., e A. Macleod (1986), *Politics in Contemporary Portugal*, Boulder, CO, Lynne Rienner.
- Cabral, M. V. (2000), "O exercício da cidadania política em Portugal", em M. V. Cabral e outros (orgs.), *Trabalho e Cidadania*, Lisboa, ICS-UL/Imprensa de Ciências Sociais.
- Campbell, A., e outros (1960, 1980), *The American Voter*, Chicago, Chicago University Press.
- Cruz, M. B. da (1993, 1995), "A participação social e política", em M. B. da Cruz (org.), *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Vanda-a-Nova, Bertrand, pp. 299-317.
- Cruz, M. B. da (org.) (1998), *Sistema Eleitoral Português: Debate Político Parlamentar*, Lisboa, INCM.
- Cruz, M. B. da (2000), "A revisão falhada do sistema eleitoral", *Análise Social*, XXXV (154-155), pp. 45-54.
- Dahl, R. (1998), *On Democracy*, New Haven, Yale University Press.
- Downs, A. (1957), *An Economic Theory of Democracy*, Nova Iorque, Harper Collins Publishers.
- Easton, D. (1965), *A Systems Analysis of Political Life*, Nova Iorque, Willey.
- Easton, D. (1975), "A reassessment of the concept of political support", *British Journal of Political Science*, 5, pp. 435-457.
- Freire, A. (2000), "A evolução da participação e da abstenção dos portugueses em eleições legislativas, 1975-1995", *Análise Social*, XXXV (154), pp. 115-146.
- Freire, A. (org.) (2001a), *Modelos do Comportamento Eleitoral: Uma Breve Introdução Crítica*, Oeiras, Celta Editora.
- Freire, A. (org.) (2001b), *Recrutamento Parlamentar: Os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*, Lisboa, STAPE/MAI.

- Freire, A. (2003a), "Pós-materialismo e comportamentos políticos: o caso português em perspectiva comparada", em J. Vala, M. V. Cabral e A. Ramos (orgs.), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS-UL/Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, A. (2003b), "A reforma do sistema eleitoral para a Assembleia da República: breve reflexão sobre o PJJ 17/IX do Partido Socialista", *Eleições*, 7, Lisboa, STAPE.
- Freire, A. (2003c), "Elecciones y comportamiento electoral en Portugal", em A. Barreto, B. Gomez e P. C. Magalhães, *Portugal: Democracia y Sistema Político*, Madrid, Siglo XXI Editores.
- Freire, A., A. Araújo, C. L. Bandeira, M. C. Lobo, e P. Magalhães (2002), *O Parlamento Português: Uma Reforma Necessária*, Lisboa, ICS-UL/Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, A., e M. C. Lobo (2002), "Economics, ideology and the vote in Southern Europe, 1985-2000, comunicação apresentada no colóquio *Eleições e Democracia*, organizado pela Comissão Fulbright Portuguesa, Lisboa, FLAD, 2-3 de Fevereiro.
- Freire, A., e P. Magalhães (2002), *A Abstenção Eleitoral em Portugal*, Lisboa, ICS-UL/Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, A., P. Magalhães, e A. E. Santo (2003), "Thinner than thin? Political culture and political action in Portugal", *IOC Discussion Papers*, 18, Institute of Oriental Culture, University of Tokyo.
- Freire, A., M. C. Lobo, P. Magalhães, e A. Espírito Santo (2003), *As Eleições Legislativas em 2002: Inquérito Pós-Eleitoral ao Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Fuchs, D., e H.-D. Klingemann (1995, 1998), "Citizens and the state: a changing relationship", em H.-D. Klingemann e D. Fuchs (orgs.), *Citizens and the State*, Oxford, Oxford University Press, pp. 1-24.
- Fuchs, D., G. Guidorossi, e P. Svensson (1995, 1998), "Support for the democratic system", em H.-D. Klingemann e D. Fuchs (orgs.), *Citizens and the State*, Oxford, Oxford University Press, pp. 323-353.
- Gomez, Braulio (2002), "De la revolución hacia la democracia representativa", *Historia y Política: Ideas, Procesos y Movimientos Sociales*, 1, pp. 249-266.
- Gray, M., e M. Caul (2000), "Declining voter turnout in advanced industrial democracies, 1950 to 1997: the effects of declining group mobilization", *Comparative Political Studies*, 33 (9), pp. 1091-1122.
- Heimer, F.-W., J. Vala e J. M. L. Viegas (1990), "Padrões de cultura política em Portugal: atitudes em relação à democracia", *Análise Social*, XXV (105-106), pp. 31-56.
- Huntington, S. P. (1991, 1993), *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, Norman, University of Oklahoma Press.
- Inglehart, R. (1990, 1991), *El Cambio Cultural en Las Sociedades Industriales Avanzadas*, Madrid, CIS/Siglo XXI.
- Inglehart, R. (1997), *Modernization and Post Modernization: Value Change in 43 Societies*, Princeton, Princeton University Press.
- International IDEA (1997), *Voter Turnout from 1945 to 1997: A Global Report on Political Participation*, Estocolmo, IDEA.

- Klingemann, H.D. (1999), "Mapping political support in the 1990s: a global analysis", em P. Norris (org.), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*, Oxford, Oxford University Press, pp. 31-56.
- Klingemann, H.-D., e D. Fuchs (orgs.) (1995, 1998), *Citizens and the State*, Oxford, Oxford University Press.
- Lijphart, A. (1994, 1995), *Sistemas Electorales y Sistemas de Partidos*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales.
- Lijphart, A. (1999), *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries*, New Haven, Yale University Press.
- Linz, J. (1995), *La Quiebra de las Democracias*, Madrid, Alianza Universidad.
- Linz, J., e A. Stepan (1996), *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- Linz, J., A. Stepan e R. Gunther (1995), "Democratic transition and consolidation in southern Europe, with Reflections on Latin America and Eastern Europe", em R. Gunther e outros, *The Politics of Democratic Consolidation*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press.
- Lipset, S. (1959, 1987), *El Hombre Político: Las Bases Sociales de La Política*, Madrid, Tecnos.
- Lopes, F. F., e A. Freire (2002), *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais: Uma Introdução*, Oeiras, Celta Editora.
- Magalhães, P. (2001), "Desigualdade, desinteresse e desconfiança: a abstenção nas eleições legislativas de 1999", *Análise Social*, XXXV (157), pp. 1079-1098.
- Mattoso, J., (1998), *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva.
- Maxwell, K. (1999), *A Construção da Democracia em Portugal*, Lisboa, Presença.
- Nohlen, D. (1994, 1995), *Sistemas Electorales y Systemas de Partidos*, México, Fondo de Cultura Económica.
- Norris, P. (org.) (1999a), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*, Oxford, Oxford University Press.
- Norris, P. (1999b), "Introduction: the growth of critical citizens", "Institutional explanations of political support", "Conclusions: the growth of critical citizens and its consequences", em P. Norris (org.), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*, Oxford, Oxford University Press, pp. 1-30, 217-235, 257-272.
- Pasquino, G. (2002), *Curso de Ciência Política*, Cascais, Principia.
- Perea, E. A. (1999), *¿Individuos o Sistemas?: Las Razones de la Abstención en Europa Occidental*, Madrid, CIS/Siglo XXI.
- Pinto, A. C., e X. M. Núñez (1997), "Portugal and Spain", em R. Eatwell (org.), *European Political Cultures: Conflict or Convergence?*, Londres, Routledge.
- Reis, L. B., e M. Dias (1993), "Grupos de referência sócio-políticos", em L. França (org.), *Portugal, Valores Europeus Identidade Cultural*, Lisboa, IED.
- Semetko, H., e P. Valkenburg (1998), "The impact of attentiveness on political efficacy: evidence from a three-year german panel study", *International Journal of Public Opinion Research*, 10.
- Shugart, M. S., e M. P. Wattenberg (orgs.) (2000), *Mixed-Member Electoral Systems: The Best of Both Worlds*, Oxford, Oxford University Press.

- Thomassen, J. (1995, 1998), "Support for democratic values", em H. D. Klingemann e D. Fuchs (orgs.), *Citizens and the State*, Oxford, Oxford University Press, pp. 383-416.
- Topf, R. (1995, 1998), "Electoral participation", "Beyond electoral participation", em H.-D. Klingemann e D. Fuchs (orgs.), *Citizens and the State*, Oxford, Oxford University Press, pp. 27-51 e 52-92.
- Vala, J., M. V. Cabral, e A. Ramos (orgs.) (2003), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS-UL/Imprensa de Ciências Sociais.
- Valdavidia, M. C. (1998), *Bancos de Datos*, Madrid, CIS.
- Vijver, Fons van de, e K. Leung (2000), *Methods and Data Analysis for Cross-Cultural Research*, Londres, Sage.
- Wattenberg, M. (2000), "The decline of party mobilization", em R. Dalton e M. Wattenberg (orgs.), *Parties Without Partisans*, Oxford, Oxford University Press, pp. 64-78.

#### *Documentos electrónicos*

- International IDEA (2002), "Voter turnout from 1945 to date", "Compulsory voting", em [www.idea.int/voter\\_turnout/](http://www.idea.int/voter_turnout/)

André Freire. Docente no Departamento de Sociologia do ISCTE. Investigador júnior associado do ICS-UL e investigador do CIES/ISCTE.  
E-mail: [andre.freire@iscte.pt](mailto:andre.freire@iscte.pt)